

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Ano XII - N.º 73 - Novembro / Dezembro 2010

TRIBUNAL DE CONTAS, A CAMINHO DA EXCELÊNCIA



A solenidade de lançamento do Plano Estratégico no auditório do Tribunal de Contas do Espírito Santo reuniu servidores e convidados especiais

Depois de promover ampla revisão crítica de sua identidade institucional, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo pôs em curso seu Plano Estratégico, já promoveu mudanças importantes e cultiva o anseio de conquistar almejado lugar de excelência entre as cortes brasileiras de contas.

Palavra do Presidente

Uma saudável determinação é minha cotidiana companheira desde o dia em que assumi a Presidência do Tribunal de Contas. Sabia que havia muito a fazer; mas tinha a confiança de que em nossa comunhão de propósitos tudo o que fosse necessário seria efetivamente feito, gradualmente, com os pés no chão.

Tenho certeza de que nosso Plano Estratégico é a principal entre as nossas várias conquistas. E que

por meio dele, numa visão de curto prazo, ambicionamos a construção de um novo Tribunal, excelente entre todos no Brasil.

Esta edição do Acontece traz uma síntese do seu conteúdo e relaciona as primeiras decisões que já decorreram de seus objetivos e diretrizes, todas em consonância com o anseio social.

Sua essência exprime renovado compromisso de manter aceso nosso profissionalismo, de buscar sem-

pre um jeito novo de agir, técnico, competente, responsável, imparcial, coerente e objetivo, persistindo na observância dos critérios de justiça, de igualdade e de imparcialidade, sempre com ética e transparência. Estou convicto de que as aspirações de todos por dias melhores se respaldam na exigência constitucional de que os poderes públicos ajam com lisura, sobretudo no que se refere à correta e eficiente aplicação dos recursos públicos.

Por esta razão, este Plano Estratégico enfatiza a perspectiva do aprimoramento, seja na gestão de pessoas, nas competências técnicas e gerenciais ou no fortalecimento das culturas do planejamento e dos resultados. Por meio de tais instrumentos será possível fazer o novo, tornando o Tribunal de Contas efetivamente mecanismo de excelência no combate à corrupção, ao desperdício e à fraude.

Boa leitura. ➤



Presidente Conselheiro Umberto Messias de Souza

Expediente



Rua José Alexandre Buaiz, 157
Enseada do Suá, Vitória, ES
CEP 29050-913
Tel.: (27)3334-7600
www.tce.es.gov.br

PRESIDENTE
Umberto Messias de Souza

VICE-PRESIDENTE
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

CORREGEDOR GERAL
Sebastião Carlos Ranna de Macedo

CONSELHEIROS
Marcos Miranda Madureira
Valci José Ferreira de Souza
Elcy de Souza
José Antônio Pimentel

AUDITORES
Márcia Jaccoud Freitas
João Luiz Cotta Lovatti
Marco Antônio da Silva

**PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS**
Domingos Augusto Taufner

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA
Ildemar Borges Júnior

SUBDIRETOR GERAL DE SECRETARIA
Lauro Augusto Valle Barros

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do
Estado do Espírito Santo (TCEES)

CONSELHO EDITORIAL
Ildemar Borges Júnior
Lauro Augusto Valle Barros
Bruna Barbosa Soneghet Silva
Fábio Vargas Souza
Marcelo Fedeszen

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Orlando Eller - MTb 036/79

COLABORADORES
Roberta Peixoto
Bárbara Neves Moschen

Janaína Silva
Mylla Macedo
Kétner Souza
Carolline Pontoppidan

EDIÇÃO
Rua das Palmeiras, 710,
Edifício Santa Bárbara, Sala 401,
Santa Lúcia - Vitória-ES
CEP 29056-210
Tel.: (27) 3315-4390
jornalismo@balaio design.com.br



TEXTO E FOTOS
Wallace Capucho - MTb 1934/ES
Arquivo Tribunal de Contas

REVISÃO
Marcos Alves

DIAGRAMAÇÃO
Gabriela Maluf

IMPRESSÃO
Gráfica Triângulo
Rua Dr. Américo de Oliveira, 45, Bairro Consolação,
Vitória-ES CEP 29045-560 Tel.: (27) 3181-0345



Construindo um novo Tribunal

O presidente Umberto Messias de Souza, ladeado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Elcio Álvares (D), pela secretária de Controle e Transparência, Angela Maria Silveiras, e pelo subprocurador-geral do Ministério Público do Estado, José Marçal de Ataíde Assi

As cortes de contas brasileiras passam atualmente por um momento de redefinição; um processo de realinhamento com a realidade do Século 21, que tem como ênfase uma sociedade mais organizada e participativa, que exige, acima de tudo, crescente melhoria dos serviços e a correta aplicação dos recursos públicos. Afinado com esta nova realidade e ciente de que sua missão deve ser exercida em harmonia com os anseios desta sociedade, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo lançou, em dezembro último, seu novo Plano Estratégico, válido até 2015.

Presidida pelo presidente Conselheiro Umberto Messias de Souza, a solenidade de apresentação do novo plano realizou-se no auditório da Corte de Contas e foi prestigiada por membros do Pleno, servidores e convidados especiais, entre eles o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Elcio Álvares; a secretária de Controle e Transparência, Angela Maria Silveiras; o subprocurador-geral do Ministério Público do Espírito Santo, José Marçal de Ataíde Assi; e o representante do Movimento Espíri-

to Santo em Ação, Orlando Caliman.

Batizado como Plano Estratégico 2010-2015, o documento foi desenvolvido pelo Comitê de Planejamento Estratégico instituído pelo presidente Umberto Messias de Souza, sob a gestão do Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e o apoio de consultoria do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, representado por Guilherme Weichert Neto. Os trabalhos, que promoveram uma ampla revisão crítica da identidade institucional do Tribunal, tiveram início em junho de 2010 e contaram com pesquisa bem administrada, em que, estimulados, todos os servidores tiveram a oportunidade registrar suas opiniões acerca dos pontos fracos e fortes da instituição, além oferecer sugestões capazes de melhorar o ambiente interno em favor de mais eficiência e qualidade nos trabalhos.

Em seu discurso de lançamento do Plano Estratégico, o Conselheiro Sérgio Aboudib disse que começa por meio do Plano a construção de um novo Tribunal de Contas no Estado, mais aberto, mais profissional e mais eficiente. Para ele, o planejamento já produziu resultados, mas

é preciso reconhecer que a instituição ainda tem problemas e há um longo caminho para percorrer até tornar a Corte de Contas do Espírito Santo uma das melhores do país.

Assim como Aboudib, o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, corregedor-geral e membro do Comitê de Planejamento, também fez uma avaliação da nova fase. "Estamos iniciando um novo tempo. Um tempo de cuidar da semente que foi plantada. Este projeto não pode ficar guardado nas gavetas do tempo. Tenho certeza que se depender de nosso presidente e do corpo técnico do Tribunal isso não acontecerá", alertou Ranna.

Ao encerrar a solenidade, o presidente Umberto Messias agradeceu ao apoio do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e enalteceu a união entre conselheiros, auditores, Ministério Público Especial de Contas e servidores para a consecução de um projeto de extraordinária importância para o Tribunal e para a sociedade capixaba. ▀

Primeiros filhos do Plano

O presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Umberto Messias de Souza, garantiu que a primeira coisa a ser percebida pela sociedade é que haverá mais celeridade na tramitação e julgamento dos processos. Ele anunciou que já foram normatizados vários procedimentos destinados a alcançar as metas estipuladas; e que tudo vem sendo feito de forma equilibrada, sem perder de vista a efetividade do controle.

"Com base no novo planejamento, fizemos minucioso levantamento e designamos uma equipe especial para trabalhar somente no estoque de processos que estão tramitando no Tribunal. Outra equipe ficará focada nos novos processos que começarem a entrar a partir de janeiro de 2011", disse Umberto Messias.

Em sintonia com o presidente, o corregedor-geral Sebastião Carlos Ranna de Macedo confirmou que o Tribunal já está colhendo os primeiros resultados decorrentes do planejamento. "Dado o sinal verde pelo presidente Umberto Messias, quinze grupos de servidores começaram a trabalhar em mais de uma dezena de diferentes projetos, entre os quais um inédito código de ética dos membros do Tribunal, já concluído e aprovado pelo Pleno", revelou o Conselheiro.



CÓDIGO DE ÉTICA PARA MEMBROS DO PLENO

O código de ética ou de conduta estabelece princípios e valores norteadores de atuação para as altas autoridades do Tribunal de Contas. Ele foi desenvolvido com base na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) e no Código de Ética dos membros do Judiciário. Seu objetivo é estabelecer os mecanismos éticos. Desta forma, a sociedade também ficará sabendo quais são os deveres dos membros do Pleno. Publicado no Diário Oficial pela Resolução nº 225, de 19/12/2010, este código coloca o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo entre um seletor e pequeno grupo de Tribunais de Contas que o adotam.

CÓDIGO DE ÉTICA PARA SERVIDORES

Já em adiantada fase de elaboração, o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas não está sendo criado para punir, pois estes já têm um estatuto que define as normas de bom comportamento. Mas servirá para nortear as atividades cotidianas, pois virá recheado de alta carga de valores referentes à moralidade e à probidade administrativa e se destinará àqueles que têm a obrigação de proteger e zelar pelo patrimônio público.

NOVA LEI ORGÂNICA E OUVIDORIA

Uma comissão instituída pelo presidente Conselheiro Umberto Messias trabalha com afinco na atualização da Lei Orgânica do Tribunal, mecanismo responsável pela organização e funcionamento da Corte. A atual lei, que vigora desde 1993, precisava ser atualizada, consideradas as novas interpretações jurídicas que foram construídas, como o Poder de Cautela, cuja função é adotar medidas cautelares de suspensão de obras e contratos que tiverem empregando os recursos públicos de forma ineficiente.

Assim como no ano passado instituiu o Ministério Público Especial de Contas e a Corregedoria-geral, o Tribunal de Contas também vai instituir uma Ouvidoria. Esse é um dos novos pontos que constarão da nova lei orgânica, entre os quais também as auditorias operacional e ambiental e melhores condições de trabalho de servidores e membros do Tribunal, além de outros.

NOVO REGIMENTO INTERNO

O Tribunal de Contas do Estado vem passando por uma série de modificações regimentais desde 2002. Com a criação de uma nova lei orgânica, é necessário adequar-lhe também o regimento interno. Com isso, os jurisdicionados ou ordenadores de despesas públicas terão a confiança de que têm em mãos um regimento atualizado, completo e eficiente. Os trabalhos que darão forma ao texto do novo regimento já estão em curso. As previsões são de que até o início do próximo semestre seja enviado para análise e aprovação pela Assembleia Legislativa.

AUDITORIAS AMBIENTAIS

Atento à orientação do Artigo 225 da Constituição Federal, segundo o qual é dever do poder público e da sociedade defender e preservar os recursos ambientais, para si e para as gerações futuras, de modo inédito o Tribunal de Contas assume compromisso com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente. Neste primeiro momento, serão conhecidas as deficiências com relação às auditorias ambientais, para que se possa definir quais são as prioridades.

REDUÇÃO DO PRAZO DE CITAÇÃO

Em vigor desde o dia 20 de dezembro, o prazo de citação aos jurisdicionados foi reduzido de 45 para 30 dias. A medida tem como finalidade aumentar a celeridade do trabalho e diminuir o tempo de tramitação dos processos, proporcionando benefícios para o Tribunal, para os jurisdicionados e para a sociedade.



Corregedor-geral e Conselheiro Sebastião Carlos Ranna

NOTIFICAÇÕES PELO DIÁRIO OFICIAL

As notificações dos acórdãos passaram a ser feitas mediante publicação no Diário Oficial. Elas relacionam os nomes dos responsáveis ou interessados e de seus respectivos advogados e indicam a disponibilidade dos autos no Tribunal de Contas. Passa a ser responsabilidade das partes acompanhar os prazos legais e regimentais por meio deste novo meio de comunicação. Publicada no Diário Oficial em 20 de dezembro de 2010, a resolução se baseia no artigo 68 da Lei Complementar nº 32/93 e no artigo 161-A do Regimento Interno. Tem como propósito acelerar a tramitação dos processos, ampliar a transparência e gerar economia para o erário. ▀



Em síntese, o Plano Estratégico

Ferramenta gerencial que estimula a sensibilidade para ao longo do tempo identificar ações necessárias ao enfrentamento de desafios institucionais que devam ser vencidos, o planejamento estratégico é importante para qualquer tipo de organização, seja pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. As maneiras de concretizá-lo, no entanto, é que variam. Mas em todas elas há uma comum preocupação com a definição dos objetivos e das estratégias usadas para alcançá-los.

Para definir os objetivos e estratégias, o Comitê de Planejamento Estratégico trabalhou inicialmente a identidade organizacional do Tribunal de Contas do Espírito Santo, em que se destacam a definição do negócio, a missão, a visão e os valores. A proposta tornada pública no final de dezembro de 2010 foi elaborada com base em diagnóstico tirado de livre consulta a todos os servidores da Corte.

- 1 *Nosso **negócio** é o controle externo.*
- 2 *Nossa **missão** é orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.*
- 3 *Nossa **visão** é ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015.*
- 4 *Nossos **valores** são o profissionalismo, a equidade, a ética, a transparência, a excelência de desempenho e a responsabilidade sustentável.*

Isso feito, na fase seguinte definiu-se o mapa estratégico que traduz o negócio, a missão e a visão do Tribunal de Contas em um conjunto de objetivos que passam a direcionar o comportamento e o desempenho da instituição. O mapa estratégico foi estruturado em quatro perspectivas: resultados; processos internos; aprendizado e crescimento; e orçamento e estrutura. Ele permitirá comunicar aos agentes públicos, de forma clara, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pelo Tribunal para os próximos cinco anos.

Resultados – Para maximizar o cumprimento de sua missão institucional e alcançar a imagem desejada será necessário focar nos seguintes objetivos:

- Contribuir para o aprimoramento da gestão pública;
- Combater a corrupção, as fraudes, os desvios de recursos e os desperdícios na gestão pública;
- Contribuir para o aumento da transparência da gestão pública.

Processos internos – O Tribunal buscará a excelência e concentrará seus esforços a fim de maximizar os resultados com as seguintes prioridades:

- Aprimoramento e padronização de processos de trabalho e instrumentos de controle;
- Intensificação de parcerias interinstitucionais e intergovernamentais;
- Ampliação do uso da tecnologia de informação nas ações de controle;
- Aprimoramento da legislação de suporte ao controle externo;
- Modernização da estrutura organizacional;
- Redução do tempo de instrução e apreciação e/ou julgamento dos processos de controle externo;
- Garantia de transparência e aprimoramento dos processos de comunicação internos e externos.

Aprendizado e crescimento – Com essa perspectiva o Tribunal identificará ações e inovações de gestão e desenvolvimento e bem-estar das pessoas, para assegurar o crescimento e aprimoramento contínuo da instituição por meio dos seguintes objetivos:

- Modernizar a gestão de pessoas;
- Desenvolver competências técnicas e gerenciais;
- Fortalecer a cultura de gestão de resultados;
- Fortalecer a cultura de planejamento.

Orçamento e Estrutura – Estimular a inovação e a adoção de novas tecnologias e dar condições físicas de trabalho aos servidores e membros do Tribunal. Seus objetivos são:

- Aprimorar o planejamento e a execução orçamentária;
- Adequar as condições de trabalho.

Para alcançar os objetivos estabelecidos no mapa estratégico, foram criadas mais de cinquenta diretrizes estratégicas que indicam, em linhas gerais, as ações a serem implementadas em longo e médio prazos. Confira as diretrizes, bem como o plano estratégico na íntegra, no portal do Tribunal de Contas (www.tce.es.gov.br). ➤

Visão crítica define novos rumos

A gestão pública brasileira passou por grandes mudanças nos últimos anos. Mas a partir da década 1990, com o novo papel do Estado na economia, o controle fiscal e a transparência nas instituições exigiram novos arranjos organizacionais e procedimentais pelos órgãos de controle. E foi nesta perspectiva que o Plano Estratégico surgiu como ferramenta natural para indicar os novos rumos a serem tomados pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo.

No entendimento do corregedor-geral Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, a importância deste novo plano estratégico está justamente no fato dele proporcionar uma visão real e crítica de como o Tribunal de Contas se insere na atual conjuntura, para onde deseja ir e como pretende chegar lá. "Conhecendo

os ambientes interno e externo, os pontos fortes, as vulnerabilidades e os desafios que nos esperam, foi possível traçar um plano de ação para alcançarmos os objetivos estipulados", disse Ranna.

E um dos principais objetivos do plano é criar uma sintonia com a sociedade. Melhorar a imagem do Tribunal, demons-

trando, de forma clara e consistente, qual é a sua missão. "É importante que a sociedade saiba que o nosso trabalho é fundamental para a boa aplicação dos recursos públicos. Só assim poderemos criar uma sintonia que renda benefícios tanto para o órgão que hoje tem seu poder de fiscalização potencializado pelo cidadão mais participativo quanto para a sociedade, que terá a certeza de

que os recursos públicos estarão sendo bem empregados", explicou o procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas, Domingos Augustus Taufner.

O auditor João

Luiz Cotta Lovatti reforça a opinião de Taufner, reconhecendo que um Tribunal mais aberto à sociedade romperá a visão de encastelamento da instituição experimentada até então. Ele também é enfático ao dizer que o plano será uma excelente oportunidade de aprimorar os mecanismos de atuação do controle externo na administração pública, com enfoque na gestão orientada para os resultados.

Quanto às questões preponderantes para o sucesso do planejamento, Taufner diz que revisão e atualização constantes são fundamentais para que o Plano Estratégico não se transforme numa "letra morta". Outro ponto importante é que haja um cronograma factível e recursos para executá-lo. Para Lovatti, a adoção de metas conscientes e realistas, dentro da realidade orçamentária imposta para o próximo exercício, é o grande desafio a ser enfrentado. ■



Vice-presidente do Tribunal de Contas Sérgio Aboudib



Procurador-geral do MP Especial de Contas Domingos Taufner

Capacitando o auditor ambiental



O lançamento do novo Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, em dezembro, inaugurou a necessária reconfiguração dos seus principais processos de trabalho para o controle das contas públicas. E, para que haja sucesso e se cumpra integralmente este objetivo, torna-se essencial capacitar servidores e jurisdicionados, papel de fundamental importância que já está sendo desempenhado pela Escola de Contas.

A inédita adoção da auditoria ambiental, destinada a fiscalizar se os atos da administração pública estão sendo ou não executados segundo os requisitos da sustentabilidade, necessitará de novos conhecimentos e técnicas de trabalho. Elas não se limitarão apenas aos aspectos relativos às obras, mas considerarão se decorrem ou não impactos negativos ao meio ambiente em seus variados aspectos.

Para tornar os servidores aptos

a realizar tais auditorias ambientais, a Escola de Contas está consultando outros Tribunais de Contas que já fazem este tipo de auditoria. Seu objetivo é conhecer a experiência e promover, oportunamente, ciclo de palestras sobre o tema. "Após o ciclo de palestras, montaremos um curso de capacitação e o ministraremos para os servidores", disse o gestor da Escola, Fábio Vargas. Para os jurisdicionados, a Escola pretende oferecer, no futuro, um treinamento específico que aborde a gestão socioambiental pública.

Cursos em 2011 – Em 2010, a Escola de Contas ministrou 46 cursos voltados exclusivamente para servidores. Mas, neste ano de 2011, os cursos com foco em controle interno para os ordenadores de despesas públicas voltarão com força total. Serão apresentados dentro da ótica de uma nova resolução que está sendo apreciada pelo Pleno.

Outro tema a ser abordado é com relação aos processos relativos à área pessoal, ou seja, que tratam de aposentadoria, pensão, nomeação, entre outros. Eles representam mais da metade dos processos que circulam pelo Tribunal. Por isso, em conjunto com a área técnica, a Escola de Contas vai montar um curso exclusivo sobre o assunto para evitar que erros se repitam.

Cursos para formação de instrutores, de novos servidores e de estagiários também entram na lista, ao lado de muitos outros. Mas uma linha que voltará a ser explorada, trabalhada pela Escola no passado e com grande aceitação, tem a ver com a qualidade de vida dos servidores. Campanha contra o tabagismo, palestras sobre saúde, finanças pessoais, limite de pressão e estresse são alguns exemplos de temas importantes a serem tratados. ▀

A carta da Amazônia



Reunidos em Manaus no I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas, os Tribunais de Contas do Brasil, inclusive o do Espírito Santo, aprovaram a seguinte Carta da Amazônia:

- 1** Os Tribunais de Contas do Brasil devem orientar sua atuação no sentido de agregar valor à gestão ambiental, produzindo conhecimento e perspectivas, impulsionando os governos a agir de forma preventiva e precautória, garantindo efetividade às normas internacionais, constitucionais e legais de proteção do meio ambiente;
- 2** O controle das contas públicas das diversas esferas governamentais deve considerar a competência comum relacionada à proteção do meio ambiente, o que leva à necessária colaboração entre os Tribunais de Contas, nos vários níveis de organização do Estado brasileiro, com intercâmbio contínuo de conhecimento e atuação conjunta, quando indicada;
- 3** Os Tribunais de Contas deverão promover o estudo das orientações da Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria (Intosai) e de outros organismos internacionais, buscando harmonização dos métodos e padrões de auditoria ambiental utilizados no país, adaptando-os, quando necessário, às realidades regionais e locais;
- 4** Para que os Tribunais de Contas cumpram seu papel constitucional em relação à proteção do meio ambiente, é imperativo que incluam as questões ambientais em todas as dimensões das auditorias de sua competência, capacitando continuamente seus profissionais e proporcionando-lhes meios adequados para sua atuação;
- 5** Os Tribunais de Contas envidarão esforços para criar e manter grupos de trabalho permanentes ou extraordinários, formados por profissionais da área ambiental das diversas Cortes brasileiras, para continuar o diálogo iniciado no I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas, buscando a produção e o intercâmbio de conhecimento técnico-científico especializado;
- 6** Os Tribunais de Contas comprometem-se, desde já, com a realização do II Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas em 2011, em local e data a serem definidos. ▀



Conselheiro José Antônio Pimentel construiu longa carreira pública antes de se tornar membro do Tribunal de Contas

O menino que queria jogar futebol

O Conselheiro José Antônio Pimentel adora som e todo tipo de aparelho em tecnologia de última geração. Já foi proprietário de loja de som e até gravou um disco com músicas de Roberto Carlos e Nelson Gonçalves. Entretanto, o entusiasmo pela música não foi forte o suficiente a ponto de fazê-lo tentar seguir uma carreira profissional. O mesmo, entretanto, não se pode dizer acerca do futebol, uma paixão que ele cultiva desde criança. Se não fosse por um pequeno problema de miopia, que nos anos 60 ainda era um limitador para alguém que almejasse ser um jogador profissional, possivelmente o Espírito Santo teria revelado mais um craque para o futebol brasileiro.

Filho de um pequeno comerciante de secos e molhados de São José do Calçado, município do Sul do Estado, José Antônio Pimentel nasceu na mesma cidade em 2 de junho de

1951. Em 1969, aos 18 anos, fez as malas e se mudou para o Rio de Janeiro atrás do seu sonho: ser jogador profissional de futebol. Durante um ano, ele atuou nas categorias de base do Vasco da Gama e do Bonsucesso; conviveu com jogadores como Roberto Dinamite, Gilson Nunes, Gibira, Moisés, entre outros. Mas um simples exame de vista fez o seu sonho ruir.

Os colegas seguiram em frente. Ele voltou ao Espírito Santo e construiu uma importante carreira no serviço público capixaba, atuando como fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, como subchefe do gabinete do vice-governador José Carlos da Fonseca e como secretário-chefe da Casa Civil do Governo Paulo Hartung. Na política, foi deputado por dois mandatos, 1984/85 e 1993/94, e também fundador do PFL e do DEM, partido este do qual foi vice-presidente. Para completar, foi ainda diretor das companhias

de energia Escelsa e Enersul. Em maio do ano passado, foi indicado por unanimidade pela Assembleia Legislativa para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Mesmo com toda responsabilidade que os cargos sempre lhe imputaram, José Antônio Pimentel jamais deixou de praticar o seu futebol. Duas vezes por semana ele defende o Policarentes Futebol Chopp, clube do qual é sócio há 15 anos. Prestes a completar 60 anos de idade, ele se considera uma pessoa de bem com a vida. Casado há 33 anos e pai de um casal de filhos, diz que a única coisa que lhe deixa mal é quando não consegue resolver as suas pendências. Gosta de cultivar hábitos simples e é sincero ao dizer que já recebeu de Deus muito mais do que poderia merecer. **✶**

A pintura de Josiane

Quando Josiane Zon tinha nove anos de idade, sua mãe queria que ela se dedicasse à música; que aprendesse a tocar piano, como a maioria das coleguinhas de sua faixa etária. Mas as aulas de piano não a entusiasmavam. A mãe, zelosa por uma educação de qualidade, concordou com a negativa da filha, mas com uma condição: estudar algum outro tipo de arte. Foi então que ela decidiu aprender a pintar.

A escolha pela pintura não foi por acaso. Desde pequena, Josiane adorava ver sua prima, a artista plástica Lurdes Gatti Zon, pintar. "Morávamos no mesmo prédio, em Colatina, e eu passava horas observando a Lurdinha pintar. Ela sempre foi muito calma, serena. Eu achava que era por conta da pintura e queria o mesmo pra mim", confessa Josiane. Após mudar-se para Vitória, essa vontade se materializou a partir das primeiras aulas com as professoras Marisa e Penhita.

A evolução na pintura foi tão rápida que seis anos mais tarde Josiane passou de aprendiz a professora. O incentivo veio da própria Penhita que, inclusive, indicou suas primeiras alunas. Essa fase durou dos 15 aos 17 anos, até entrar no cursinho para o vestibular. Josiane parou de dar aulas, mas não deixou de pintar. O tempo que deu na pintura só aconteceu quando se casou, aos 20 anos de idade, pois a nova fase de sua vida trouxe-lhe uma série de obrigações.

O retorno ao hobby aconteceu



Josiane Zon encontra a paz de espírito ao ver a harmonia entre cores e traços da sua pintura

há sete anos, depois que o casamento terminou e os seus dois filhos já estavam bem crescidos. De lá pra cá, o mergulho na pintura foi total, reforçado por cursos de desenho livre com o famoso designer capixaba Ronaldo Barbosa e com a artista plástica Ilária Rato Zanandréa. Disputados por amigos e familiares, seus quadros vão desde a pintura clássica à arte moderna, a favorita de Josiane. "Gosto da pintura moderna, pois é mais fácil de produzir, acho mais bonita e, como o nome já diz, é moderna", explica a artista.

Além dos dois filhos, seus principais fãs são seus irmãos e suas amigas do Tribunal de Contas, lugar onde trabalha desde 1994 e cuja função atual é de chefe do gabinete do Conselheiro presidente Umberto Messias de Souza. "Há muitas colegas no Tribunal que apreciam o meu trabalho, mas posso afirmar que a Jaldete Rosoldo é minha fã número um pois,

além de decorar a sua casa com meus quadros, ainda os compra para presentear amigos", revela Josiane.

Do primeiro quadro, um anjinho que pintou para sua mãe, ao mais recente trabalho, a artista contabiliza, por alto, mais de duas centenas de telas. Os trabalhos preferidos são o semblante de um homem idoso e um quadro da Santa Ceia, que a artista pintou a pedido do filho mais velho.

Josiane ainda não fez uma exposição com suas pinturas e nem pensa em algum dia fazer. O que a artista curte mesmo é decorar as casas de amigos, pois vê-los felizes é o seu prazer. O mesmo prazer que sente na criação de algo novo ou na releitura de artistas que admira. Em ambos os momentos, a sua arte é inteiramente lúdica. É nela que a artista encontra a sua paz de espírito, ao ver cores e traços se harmonizarem num ajustamento simples e claro, como a ordem natural das coisas. ■